

**CONTRATO DE FINANCIAMENTO
MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO
Nº 11.2.0048.1, QUE ENTRE SI
FAZEM O BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - BNDES E O ESTADO DE
PERNAMBUCO, NA FORMA ABAIXO:**

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, neste ato denominado simplesmente **BNDES**, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa em Recife, Estado de Pernambuco, na Praça da República, s/n, Santo Antônio, CEP.: 50.010-040, inscrito no CNPJ sob o nº 10.571.982/0001-25, por seu representante abaixo assinado, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre ao BENEFICIÁRIO, por este Contrato, um crédito no valor global de até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de Reais), limitado a 75% (setenta e cinco por cento) do custo total da construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, à conta de seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda, destinado a viabilizar a construção da Arena Multiuso da Copa de 2014 no Estado de Pernambuco, no âmbito do Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 - BNDES ProCopa Arenas, dividido em 2 (dois) Subcréditos, com os seguintes valores e finalidades:

- I. Subcrédito "A": até R\$ 5.351.592,14 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e dois Reais e quatorze centavos), destinado à contratação da Auditoria independente da execução físico-financeira das obras; e
- II. Subcrédito "B": até R\$ 394.648.407,86 (trezentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sete Reais e oitenta e seis centavos), destinado ao pagamento da contraprestação pública referente ao ressarcimento dos investimentos realizados para as

BNDES

Sabrina de O. Bicefio
Advogada

Brando Medeiros
RGE

obras de construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco ("RIO"), conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A e posterior(es) aditivo(s).

PARÁGRAFO ÚNICO

Caso, por qualquer motivo, o valor do crédito liberado ao BENEFICIÁRIO seja superior a 75% (setenta e cinco por cento) do custo total da construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, o valor liberado a maior deverá ser devolvido pelo BENEFICIÁRIO imediatamente após notificação expedida pelo BNDES neste sentido, devidamente atualizado nos termos do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda.

SEGUNDA

DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO

O crédito será posto à disposição do BENEFICIÁRIO, parceladamente, depois de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Nona, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional, bem como às normas disciplinadoras de crédito aos órgãos e às entidades do setor público, emanadas das autoridades competentes.


PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos da presente operação serão postos à disposição do BENEFICIÁRIO, mediante crédito em conta corrente aberta em seu nome no BNDES, não movimentável, na qual serão efetuados, ainda, no momento da liberação, os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pelo BENEFICIÁRIO, cujo saldo total remanescente dos recursos seja imediatamente transferido para a conta corrente nº 06.00500104-0, que o BENEFICIÁRIO possui na Caixa Econômica Federal (Banco nº 104), Agência nº 1294.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor de cada parcela do crédito a ser colocada à disposição do BENEFICIÁRIO será calculado de acordo com o critério estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994.

SECRETARIA
DE ECONOMIA
FEDERAL



TERCEIRA**JUROS**

Sobre o principal da dívida do BENEFICIÁRIO incidirão juros de 1,9% (um inteiro e nove décimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I - Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência deste Contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto na Cláusula Décima Quinta, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

$$TC = [(1 + TJLP)/1,06]^n/360 - 1$$
 (termo de capitalização igual a, abre colchete, razão entre a TJLP acrescida da unidade, e um inteiro e seis centésimos, fecha colchete, elevado à potência correspondente à razão entre "n" e trezentos e sessenta, deduzindo-se de tal resultado a unidade), sendo:

TC - Termo de Capitalização;

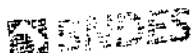
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - Número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor deste Contrato.

- b) O percentual de 1,9% (um inteiro e nove décimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II - Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 1,9% (um inteiro e nove décimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação



Sabrina de O. Bicalho
Advogada



deste Contrato, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O montante referido no inciso I, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos da Cláusula Quinta.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II será exigível trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 (quinze) de março de 2011 e 15 (quinze) de março de 2014, e mensalmente, a partir do dia 15 (quinze) de abril de 2014, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Décima Quinta.

QUARTA

PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES, com antecedência, para o BENEFICIÁRIO liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO

O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o BENEFICIÁRIO da obrigação de pagar as prestações de principal e os encargos nas datas estabelecidas neste Contrato.

QUINTA

AMORTIZAÇÃO

O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago ao BNDES em 144 (cento e quarenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de abril de 2014, observado o disposto na Cláusula Décima Quinta, comprometendo-se o BENEFICIÁRIO a liquidar com a última prestação, em 15 (quinze) de março de 2026, todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

BNDES
Brasão do Brasil
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

4
Ernani Medeiros
PGE

SEXTA**GARANTIA – RESERVA DE MEIOS DE PAGAMENTO**

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, tais como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, o BENEFICIÁRIO, devidamente autorizado pela Lei Estadual nº 14.045, de 30/04/2010, vincula em garantia, em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, observado o disposto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, parcelas ou quotas-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, destinados ao BENEFICIÁRIO, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-lo, no valor correspondente ao das prestações do principal e acessórios vencíveis em cada período, a partir desta data e até final liquidação de todas as obrigações decorrentes deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os fins do disposto nesta Cláusula, o BENEFICIÁRIO obriga-se a encaminhar ao Banco do Brasil S.A./Agência 3234-4, depositário dos recursos vinculados em garantia, ou a depositário que venha a suceder-lhe, mediante ofício exarado nos termos do Anexo Único deste Contrato, ou por qualquer outro instrumento eventualmente exigido, autorização específica para que o depositário retenha, na hipótese de inadimplemento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato, à conta e ordem do BNDES, as parcelas ou quotas-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, que forem necessários ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos nas épocas próprias, nos termos de avisos expedidos pelo BNDES, em conformidade com as cláusulas e condições deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de insuficiência dos recursos vinculados nos termos do "caput" desta Cláusula, a serem retidos conforme o disposto no parágrafo anterior, o BENEFICIÁRIO deverá vincular, mediante prévia aceitação do BNDES, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste Contrato.

SÉTIMA**ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO
DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO PIS/PASEP E DO FAT**

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, a remuneração prevista na Cláusula Terceira poderá, a critério do BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo

BNDESSarina de O. Bicalho
Advogada5
Ernan Medeiros
PGE

BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração, por escrito, ao BENEFICIÁRIO.

OITAVA

OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BENEFICIÁRIO

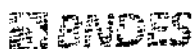
Obriga-se o BENEFICIÁRIO a:

- I - cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878, de 04 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 06 de março de 1997, pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998, pela Resolução nº 976, de 24 de setembro de 2001, pela Resolução nº 1.571, de 04 de março de 2008, e pela Resolução nº 1.832, de 15 de setembro de 2009, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998, 31 de outubro de 2001, 25 de março de 2008 e 06 de novembro de 2009, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, ao BENEFICIÁRIO, o qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- II - utilizar o total do crédito no prazo de até 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de assinatura deste Contrato, sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- III - apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- IV - adotar, durante o período de vigência deste Contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelos projetos de que trata a Cláusula Primeira;
- V - manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato;

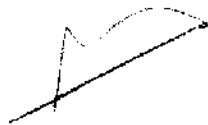
- VI - observar, durante o período de vigência deste Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- VII - mencionar, em todo e qualquer material informativo relacionado à divulgação do projeto, a utilização de recursos originários do governo federal, inclusive com a colocação de placa no local de sua realização, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES;
- VIII - incluir, a partir do ano de assinatura deste Contrato, inclusive, em cada exercício financeiro, em suas propostas de orçamento anual e plurianual de investimentos, as parcelas ou quotas-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, destinadas ao BENEFICIÁRIO, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-lo, no montante necessário ao pagamento do principal e acessórios decorrentes da presente operação;
- IX - comprovar, durante o prazo de utilização dos recursos, em cada exercício financeiro, a inclusão, na Lei Orçamentária anual e no Plano Plurianual em vigor do BENEFICIÁRIO, na categoria econômica de Despesas de Capital, dos investimentos a serem realizados com os recursos provenientes do BNDES e com os recursos próprios de contrapartida, no montante mínimo necessário à realização do projeto mencionado na Cláusula Primeira;
- X - não ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES, a mesma espécie de receita vinculada nos termos da Cláusula Sexta;
- XI - informar ao BNDES qualquer alteração promovida no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A, inclusive a sua extinção por qualquer motivo, no prazo de 05 (cinco) dias contado da data da ocorrência do evento;
- XII - comprovar a transferência da titularidade do imóvel registrado na Matrícula n.º 5.712 ao Estado de Pernambuco, no prazo de 60 (sessenta) dias contado do trânsito em julgado da Ação Desapropriatória n.º 0001578-28.2010.8.17.1350;
- XIII - manter atualizados, no Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, no endereço www.fiscalizacopa2014.gov.br, os dados e documentos de que trata o Anexo I da Instrução Normativa nº 62, de 26 de maio de 2010, do Tribunal de Contas da União;
- XIV - apresentar ao BNDES, no prazo de até 15 (quinze) meses antes do término do prazo de utilização referido no inciso II desta Cláusula, a validação do projeto elaborado para a construção da Arena Multiuso da Copa de 2014 no Estado de Pernambuco pela entidade certificadora de Qualidade Ambiental

reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO;

- XV - apresentar ao BNDES, no prazo de até 12 (doze) meses contado do término do prazo de utilização referido no inciso II desta Cláusula, a certificação emitida para o empreendimento pela entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO;
- XVI - encaminhar ao BNDES, trimestralmente, Relatório de Progresso Físico-Financeiro do projeto, com análise qualitativa de desvios e de aspectos relevantes e críticos em seu andamento, conforme modelo a ser fornecido pelo BNDES;
- XVII - comunicar ao BNDES a habilitação e/ou co-habilitação no Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol – RECOM do BENEFICIÁRIO e/ou de empresa por este contratada para a execução das obras destinadas à implementação da Arena Multiuso da Copa de 2014 em Pernambuco, no prazo de até 30 (trinta) dias contado da data da habilitação e/ou co-habilitação;
- XVIII - apresentar ao BNDES, no prazo de 3 (três) meses, contado da data da habilitação e/ou co-habilitação no RECOM, mencionada no inciso XVII acima:
- documento que ateste a revisão das planilhas de custos unitários das obras/serviços, conforme benefício tributário auferido; e
 - aditivo(s) ao(s) contrato(s) firmado(s) para a execução das obras/serviços objeto da presente operação, do qual conste o reequilíbrio econômico-financeiro do(s) mesmo(s) em decorrência de benefício tributário ainda não considerado no contrato; ou, quando este inexistir, a respectiva justificativa para sua inexistência;
- XIX - apresentar ao BNDES, na hipótese de concessão de benefícios tributários nos âmbitos estadual e/ou municipal, destinados à construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol com utilização prevista nas partidas oficiais da Copa do Mundo FIFA 2014, no prazo de 3 (três) meses contado da data em que for considerada válida e eficaz citada(s) medida(s):
- documento que ateste a revisão das planilhas de custos unitários das obras/serviços, conforme benefício tributário auferido; e
 - aditivo(s) ao(s) contrato(s) firmado(s) para a execução das obras/serviços objeto da presente operação, do qual conste o reequilíbrio econômico-financeiro do(s) mesmo(s) em decorrência de benefício tributário ainda não considerado no contrato; ou, quando este inexistir, a respectiva justificativa para sua inexistência;



Sabrina de O. Diniz
Advogada



- XX - encaminhar ao BNDES toda e qualquer documentação emitida pela FIFA, relacionada às obras do estádio, no prazo de até 15 (quinze) dias contado do recebimento da mesma;
- XXI - reservar o uso da conta corrente a que se refere o Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda exclusivamente para o recebimento e a movimentação do crédito mencionado na Cláusula Primeira;
- XXII - remeter ao BNDES trimestralmente, e/ou sempre que solicitado, o extrato da conta corrente específica mencionada no inciso XXI acima;
- XXIII - encaminhar ao BNDES, semestralmente, Relatório de Acompanhamento da Execução Físico-Financeira dos projetos, elaborado por empresa independente contratada nos termos do inciso I da Cláusula Primeira, abrangendo o período que não tenha sido objeto de relatório anterior;
- XXIV - encaminhar ao BNDES, no prazo de até 3 (três) meses contado do término das obras/serviços, Relatório Final da Execução Físico-Financeira do projeto, elaborado por empresa independente contratada nos termos do inciso I da Cláusula Primeira, abrangendo o período que não tenha sido objeto de relatório anterior;
- XXV - comprovar ao BNDES a aplicação da integralidade dos recursos liberados no âmbito do Subcrédito "B", mediante apresentação de documento bancário hábil a atestar a utilização dos referidos recursos para o pagamento ao parceiro privado da parcela da contraprestação pública referente ao ressarcimento dos investimentos realizados para as obras de construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa para a exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A e posterior(es) aditivo(s), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da liberação dos recursos no âmbito do Subcrédito "B"; e
- XXVI - comprovar o aporte dos recursos próprios destinados ao pagamento da contraprestação pública referente ao ressarcimento dos investimentos realizados para as obras de construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa para a exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A e posterior(es) aditivo(s), mediante apresentação de documento bancário hábil.

NONA**CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO**

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das “**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**” retromencionadas, e das estabelecidas nas “**NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO**”, a que se refere o artigo 2º das mesmas “**DISPOSIÇÕES**”, fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I - Para utilização da primeira parcela do crédito:

- a) abertura, pelo BENEFICIÁRIO, de conta corrente junto ao BNDES;
- b) apresentação ao BNDES de cópia autenticada da publicação do extrato do presente Contrato no veículo oficial de imprensa da sede do BENEFICIÁRIO;
- c) comprovação do recebimento, pela entidade destinatária, do documento previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta deste Contrato;
- d) comprovação da regularidade fundiária do imóvel em que será instalada a Arena Multiuso;
- e) apresentação do contrato firmado com entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, com vistas à obtenção de certificação para o projeto;
- f) apresentação do contrato firmado com empresa independente para auditar a execução físico-financeira dos investimentos.
- g) apresentação de declaração expressa do autor do projeto básico e do órgão licitante, sob pena de responsabilização pessoal, de que todos os trabalhos gráficos, especificações, orçamentos e demais documentos técnicos relacionados com a obra, contém assinatura e número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) dos seus responsáveis técnicos, nos termos do artigo 14, da Lei no. 5.194/66;
- h) apresentação de Licença de Instalação do projeto, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; e
- i) comprovação da eficácia do Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A e posterior(es) aditivo(s).

II - para utilização da parcela do crédito destinada ao Subcrédito "B":

- a) apresentação do Termo de Aceitação da Arena conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A e posterior(es) aditivo(s);
- b) apresentação do pronunciamento do Tribunal de Contas da União – TCU acerca do projeto executivo da Arena;
- c) apresentação do projeto executivo da Arena aprovado pela FIFA;
- d) comprovação de que o projeto é objeto de análise por entidade certificadora de Qualidade Ambiental reconhecida internacionalmente e/ou creditada pelo INMETRO;
- e) descrição dos projetos básicos e contratação das obras de intervenção do entorno;
- f) aprovação dos projetos básico e executivo da Arena pelo Corpo de Bombeiros;
- g) apresentação do Alvará de Construção emitido pela Prefeitura de São Lourenço da Mata; e
- h) apresentação do projeto executivo da Arena Multiuso da Copa 2014 aprovado pela autoridade competente, nos termos do art. 7º, §1º da Lei n.º 8.666/1993, acompanhado da seguinte documentação:
 - (i) declaração expressa do autor do projeto executivo e do órgão licitante, sob pena de responsabilização pessoal, de que todos os trabalhos gráficos, especificações, orçamentos e demais documentos técnicos relacionados com a obra, contém assinatura e número do registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) dos seus responsáveis técnicos, nos termos do artigo 14, da Lei no. 5.194/66;
 - (ii) anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos autores de todos os documentos técnicos relacionados com a obra, incluindo os projetos de engenharia e arquitetura, os orçamentos, especificações técnicas, cadernos de encargos, memoriais descritivos, conforme estabelece o artigo 1º da Lei no. 6496/1977;
 - (iii) declaração expressa de profissional de engenharia de que o projeto da arena atende, no que couber, aos requisitos previstos na Portaria do Ministro de Estado do Esporte no. 124/2009, relativa ao Decreto no. 6.795/2009, que regulamenta o artigo 23 da Lei no. 10.671/2003 (Estatuto do Torcedor); e
 - (iv) declaração expressa de profissional de engenharia de que o projeto atende as condições impostas pelas concessionárias de serviços públicos de saneamento, energia elétrica e telefonia.

III - Para utilização de cada parcela do crédito:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do BENEFICIÁRIO ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pelo BENEFICIÁRIO, de Certidão Negativa de Débito – CND ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a serem extraídas pelo BENEFICIÁRIO no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo;
- c) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, expedido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da INTERNET, a ser verificada pelo BNDES, no endereço www.mpas.gov.br (art. 7º da Lei nº 9.717, de 27.11.98 e Decreto nº 3.788, de 11.04.2001);
- d) cumprimento da obrigação estabelecida na Cláusula Oitava, inciso VII, deste Contrato; e
- e) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do BENEFICIÁRIO sobre a continuidade da validade de tal documento.

DÉCIMA

SUSPENSÃO DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Em caso de comunicação encaminhada por qualquer órgão de controle, apontando irregularidade no projeto a que se refere a Cláusula Primeira, poderá o BNDES suspender a liberação de recursos ou glosar os valores que correspondam às irregularidades, até o esclarecimento definitivo da pendência que, em se confirmando, poderá acarretar a redução do valor do financiamento, na mesma proporção.

DÉCIMA PRIMEIRA

INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pelo BENEFICIÁRIO, será observado o disposto nos artigos 40 a 47-A das “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, a que se refere a Cláusula Oitava, inciso I.

BNDES
BRASIL
12/04/2015

[Handwritten signature]

Ernani Medeiros
PGE

DÉCIMA SEGUNDA
MULTA DE AJUIZAMENTO

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, o BENEFICIÁRIO pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data de propositura da medida judicial de cobrança.

DÉCIMA TERCEIRA
LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA

Na hipótese de liquidação antecipada da dívida, serão liberadas as garantias, aplicando-se às demais obrigações o disposto no art. 18, parágrafo segundo, das **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"** mencionadas na Cláusula Oitava, inciso I.

DÉCIMA QUARTA
VENCIMENTO ANTECIPADO

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, a que se refere a Cláusula Oitava, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:

- I. a aplicação dos recursos concedidos ao BENEFICIÁRIO, em decorrência da presente operação, em finalidades diversas das previstas na Cláusula Primeira;
- II. a ocorrência de qualquer fato que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a impossibilitar a sua realização nos termos previstos no projeto aprovado pela FIFA;
- III. o descumprimento, em especial, das obrigações estabelecidas na Cláusula Oitava, incisos XI, XXV e XXVI; e
- IV. decretação da nulidade, anulação ou extinção do Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A e posterior(es) aditivo(s).

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira, o BNDES, sem prejuízo do

disposto no "caput" desta Cláusula, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.1986.

DÉCIMA QUINTA

VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS

Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos deste Contrato, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito do disposto no "caput" desta Cláusula, salvo disposição expressa em contrário, serão considerados os feriados do lugar onde estiver a sede do BENEFICIÁRIO, cujo endereço estiver indicado neste Contrato.

DÉCIMA SEXTA

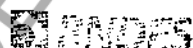
AUTORIZAÇÃO

O BENEFICIÁRIO autoriza:

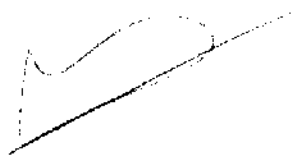
- I. o BNDES a prestar, aos Órgãos de Controle e Fiscalização Federais e Estaduais, dados e informações necessárias relativas a este Contrato e ao projeto mencionado na Cláusula Primeira, inclusive a respeito do valor do crédito contratado e liberado; e
- II. o BNDES, por seus representantes ou prepostos, e/ou os Órgãos de Controle e Fiscalização Federais realizar ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos para a execução do projeto mencionado na Cláusula Primeira, franqueando o livre acesso aos documentos relativos a esses, bem como aos locais onde estejam sendo desenvolvidas as atividades relacionadas aos empreendimentos.

O BENEFICIÁRIO apresentou a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN nº 721602010-15001020, expedida em 01/12/2010 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com validade até 30/05/2011.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Sabrina de Oliveira Bicalho, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.



Sabrina de O. Bicalho
Advogada





Folha de assinaturas do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0048.1, que entre si celebram o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Estado de Pernambuco.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 2 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2011.

Pelo **BNDES**:

Luciano Coutinho
Presidente

Elvia Lima Gaspar
Diretor

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

Pelo **BENEFICIÁRIO**:

ESTADO DE PERNAMBUCO

TESTEMUNHAS:

Nome: Guilherme Pinto de Aguiar
Identidade: 24.120.131-0 SSP/SP
CPF: 250.238.638-92

Nome: SERGIO FONTES
Identidade: 3236092 JF/P/R5
CPF: 433444227-20



ANEXO ÚNICO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE
CRÉDITO Nº 11.2.0048.1

Ofício nº

Pelo Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 11.2.0048.1, celebrado em [•], entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empresa pública federal com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Avenida República do Chile nº 100, e o ESTADO DE PERNAMBUCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.571.982/0001-25, com sede na Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife, PE, foram vinculadas, em favor do BNDES, em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no mencionado Contrato, parcelas ou quotas-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-lo, destinadas ao BENEFICIÁRIO, que forem necessárias para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações financeiras decorrentes do referido Contrato, devendo a retenção ser efetuada somente a partir da ocorrência de inadimplemento de obrigação financeira.

Ilmo. Sr.

Dr.

M.D.

Banco

Agência

BNDES

Sabrina de O. Dicaño
Advogada

Com base na autonomia dos Estados para a gestão de seus recursos, e tendo em vista a obrigação contratual assumida por este Estado, autorizo esse Banco a reter, observado o disposto no item seguinte deste expediente, à conta e ordem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, parcelas ou quotas-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE, destinadas ao BENEFICIÁRIO, em montante suficiente para a amortização das obrigações financeiras resultantes do Contrato em apreço.

Caberá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES informar a esse Banco a ocorrência do inadimplemento financeiro e o montante dos recursos a serem retidos, mediante aviso de débito, de forma a permitir, observadas as demais disposições contratuais, sumariadas no parágrafo seguinte, a colocação dos recursos à disposição do credor, na conta nº DEGOV-32.0007.8, da Agência Centro do Banco do Brasil S.A., na Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Sumário do Contrato nº 11.2.0048.1:

- I - Beneficiário: ESTADO DE PERNAMBUCO
- II - Valor do Crédito: até R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de Reais), limitado a 75% (setenta e cinco por cento) do custo total dos projetos, dividido nos seguintes subcréditos:
- a) Subcrédito "A": até R\$ 5.351.593,15 (cinco milhões, trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e três Reais e quinze centavos), destinado à contratação de empresa independente para auditar a execução físico-financeira dos investimentos na Arena Multiuso da Copa de 2014 no Estado de Pernambuco; e
 - b) Subcrédito "B": até R\$ 394.648.407,86 (trezentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sete Reais e oitenta e seis centavos), destinado ao pagamento da contraprestação pública referente ao ressarcimento dos investimentos realizados para as obras de construção da Arena Multiuso da Copa 2014 no Estado de Pernambuco, conforme previsto no Contrato de Concessão Administrativa para a Exploração da Arena Multiuso da Copa 2014, firmado em 15 de junho de 2010, entre o Estado de Pernambuco e a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A e posterior(es) aditivo(s).
- III - Prazos:
- a) Carência: 15 de março de 2011 a 15 de março de 2014; e

SEMPRE

17

- b) Amortização: em 144 (cento e quarenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de abril de 2014 e a última em 15 de março de 2026.

IV - Juros: 1,9 % (um inteiro e nove décimos por cento) ao ano (a título de "remuneração"), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, exigível trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 (quinze) de fevereiro de 2011 e 15 (quinze) de março de 2014, e mensalmente, a partir do dia 15 (quinze) de abril de 2014.

Solicitando os préstimos de V. Sa. para o cumprimento das obrigações contratuais a cargo deste ESTADO, renovo protestos de estima e consideração.

XXXXXXXXXX
GOVERNADOR DO ESTADO

Ciente e De Acordo:

Banco....